

Santa Catarina,

Santa Catarina

Atividade anual à Escola Superior de Guerra de
... das Relações Exteriores.
CONFERÊNCIA PRONUNCIADA PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
...
NA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA.

... representa o ... tempo o ...

... sobre os grandes temas de
Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1985.

... sobre o ...

... constante e ...
... da guerra.

... política ...
... com os ...
... política ...
... questões, ...
... do ...
... sob ...
... da sociedade brasileira.

A Nova República, como bem sabem os Senhores, vive
um diálogo constante com o Senhor Comandante;
Senhores Estagiários, a realização talvez
precedentes e a história republicana e a estrutura
nacionais e o complexo sistema de forças políticas.
A vinda anual à Escola Superior de Guerra já se
tornou, para os titulares da pasta das Relações Exteriores,
uma tradição firmada. Mais que um centro de ensino, esta
instituição representa há muito tempo um núcleo de reflexão
e debate, da mais alta relevância sobre os grandes temas da
realidade brasileira. Aqui também se medita sobre o futuro,
tendo como foco de preocupação constante a defesa dos mais
amplios interesses da Nação. X

Honra-me, portanto, vir à Escola Superior de
Guerra para manter com os Senhores este primeiro diálogo, e
expor-lhes as linhas gerais da política externa do Governo
que se inicia. Tenho dito, em diversas ocasiões, que
oportunidades como esta vêm ao encontro do meu desejo de
fazer com que o Itamaraty intensifique seus contatos com
todos os setores representativos da sociedade brasileira,
sendo por isso a mais adequada. Ao conceber sua versão dos

A Nova República, como bem sabem os Senhores, teve o seu início marcado pela fatalidade. Privou-nos o destino do homem que encarnava, em grau de individualização talvez sem precedentes em nossa história republicana, as aspirações nacionais e o complexo sistema de forças políticas que ensejara a transição para um regime representativo mais autêntico. Voltamo-nos, porém, para as instituições permanentes da Nação, e confiamos no jogo natural da Democracia. O Presidente José Sarney, sucessor constitucional e companheiro do Presidente Tancredo Neves na formação da Aliança Democrática, representa hoje a garantia de que o projeto brasileiro de redemocratização será conduzido a bom termo.

Senhores estagiários,

Situo-me entre aqueles que acreditam que a interação entre o doméstico e o externo, e a conversão do interesse nacional em ação diplomática se processam com maior fluidez no regime representativo pleno. De todas as manifestações políticas da soberania popular, a ação externa é a mais sintética, devendo ser também a mais estável. Ao conceber sua versão dos

elementos constitutivos do Estado, o fundador do pluralismo moderno, John Locke, chegou mesmo a considerá-la como um Poder autônomo, a complementar o Executivo e o Legislativo.

O poder que Locke chamou de Federativo é hoje a diplomacia, braço do Executivo, a quem cumpre, em tempo de paz, a mediação entre os interesses permanentes do país e as condicionantes do mundo exterior. Na proteção e promoção desses interesses, deve a política externa, em benefício da sua própria coerência e credibilidade, projetar os valores e práticas institucionais da política interna. Um país que constrói a democracia sobre as bases do pluralismo não pode deixar de identificar-se com padrões de conduta capazes de traduzir tais princípios no convívio entre os Estados. O respeito à igualdade soberana das nações, o acatamento aos postulados da autodeterminação e da não-ingerência serão, portanto, em minha gestão, diretrizes a guiarem uma ação diplomática flexível e realista, tendo sempre como finalidade precípua a proteção do nosso ideário político e dos nossos interesses econômicos.

Não se afigura simples nem fácil a realização dessas tarefas nas condições reais do cenário mundial contemporâneo.

De todas as partes, verificamos com desalento a desagregação das estruturas internacionais de convívio. Ao ordenamento de âmbito mundial idealizado no segundo pós-guerra e, em meio a tantas vicissitudes, vigente até os nossos dias, ameaça suceder-se uma nova ordem, fragmentária, compartimentalizada e excludente.

No plano político, o multipolarismo e a détente, que ofereceram alguma esperança ao mundo por breve lapso de tempo, cederam lugar às realidades duras do retorno à confrontação. O tecido das relações interestatais altera-se negativamente nesse clima. A percepção dos fatos internacionais e mesmo dos eventos domésticos em numerosos países, deformada pelo prisma da rebipolarização, converte-se em absurda contabilização de ganhos e perdas por parte das superpotências. Somando-se à estagnação dos entendimentos que vinham ocorrendo entre os Estados Unidos da América e a União Soviética sobre a limitação de armamentos estratégicos e de médio alcance (conversações START e INF), e ao impasse na ratificação pelo Congresso norte-americano do Acordo SALT-II, anteriormente concluído, presenciamos com apreensão a perspectiva de abertura de novo ciclo na corrida armamentista, pela proposta de militarização do espaço.

Numerosas crises regionais, amplificadas pela sua inserção no conflito Leste-Oeste, permanecem como ameaças permanentes à paz, verdadeiras espadas de Dâmocles a pesarem sobre a cabeça da Humanidade. Tal é o caso do Oriente Médio, sacudido por uma sucessão de lutas intestinas; a África Austral, onde a presença de um regime racista cria foco de crescente inquietação interna e de choque externo; o Afeganistão, onde uma intervenção estrangeira, em meio à repulsa das nações democráticas, fere abertamente o princípio da não-intervenção; e a América Central, onde uma crise motivada por desajustes sócio-econômicos profundos é vítima de interpretação confrontacionista, de perigosas conseqüências para os povos da região.

Esses conflitos se produzem ao mesmo tempo em que se debilitam e se desprestigiam os instrumentos criados no segundo pós-guerra para conter e solucionar as controvérsias.

O enfraquecimento da dimensão multilateral é grave sintoma de desagregação econômica e política das relações internacionais. A proliferação de encontros de cúpula, de decisões unilaterais de Governo em áreas a afetarem conjuntos de países, e do uso da força armada para solução de diferendos, não pode deixar de preocupar a todos os países que, como o nosso, exercitam uma

diplomacia fundada no Direito como princípio e na negociação como método de ação.

A situação presente da UNESCO vem bem a propósito para ilustrar a deterioração do ambiente de consenso e tolerância que deve fundar o convívio nos organismos multilaterais. É verdadeiramente deplorável que não se possa preservar condições mínimas de coexistência democrática numa entidade que, partindo da natural diversidade das culturas nacionais, almeja construir uma unidade simbólica dos povos do planeta.

A diplomacia parlamentar detém, para o Brasil, relevância histórica, desde que para nós foi ela o ponto inicial de participação na própria formação da ordem jurídica mundial. Sustentaremos, assim, a tradição brasileira de valorização do papel das Nações Unidas em todos os planos, particularmente no terreno da segurança internacional e do desarmamento. Desejamos que fique clara a responsabilidade especial que detêm as potências nucleares, e o caráter prioritário que adquirem, nesse contexto, os entendimentos relativos ao desarmamento nuclear.

Merecerão atenção cuidadosa, na minha gestão, os

trabalhos conjuntos ora levados a efeito no âmbito do Tratado da Antártida e as negociações que se realizam sobre Direito do Mar, em especial aqueles relacionados à exploração econômica dos recursos oceânicos e dos fundos marinhos. Não posso deixar de registrar o sentimento de desapontamento face à situação presente das conversações sobre temas amplos de natureza econômico-financeira abrangidas pelo que se convencionou chamar Diálogo Norte-Sul. Não devemos perder as esperanças de que um esforço de entendimento nesse nível venha acrescentar uma dimensão ao mesmo tempo mais global e mais racional a iniciativas no quadro dos organismos multilaterais que regem a economia mundial de mercado.

No tocante aos organismos de diplomacia parlamentar americana, são, infelizmente, escassos os aspectos positivos e muitas as insuficiências a assinalar. As Américas desempenharam papel pioneiro nesse domínio, e ofereceram o primeiro exemplo de organização regional fundada nos princípios democráticos, no respeito mútuo e na igualdade soberana, e voltada para a manutenção da segurança entre os seus participantes. Os ideais do interamericanismo, bem o sabemos, têm sofrido múltiplas transformações ao longo dos seus quase cem anos de existência. Os princípios da Carta de Bogotá de

1948 continuam, em sua essência, válidos como norma de convívio coletivo. Precisamos, porém, repensar a Organização dos Estados Americanos em seu conjunto, particularmente no que diz respeito aos seus instrumentos de superação de crises no campo econômico e social, e à sua atuação como foro para a cooperação para o desenvolvimento.

O Brasil, país pacífico e — de conformidade com a diretriz estabelecida pelo Presidente José Sarney — voltado para a tarefa prioritária da promoção sócio-econômica da sua gente, procurará manter relações com todos os países, sobre a base da não-ingerência e do respeito mútuo. Evitando as situações de confrontação, buscará expandir a cooperação em âmbito mundial, dentro de uma ótica que reflita o interesse nacional em todas as suas manifestações. O Brasil é parte integrante do Ocidente, com quem compartilha concepções institucionais e culturais básicas. Exibe, ademais, afinidades étnicas, culturais e de circunstância histórica com o mundo heterogêneo de nações irmãs da América Latina, África e Ásia. País em desenvolvimento com setores avançados, mas que ainda padece de graves insuficiências econômicas e sociais, deve ele refletir em sua diplomacia, com equilíbrio e coerência,

essas realidades discordantes. Silenciar sobre elas seria falsear o perfil real da nação. Representá-las em sua justa medida é a missão, nem sempre simples ou incontrovertida, do Itamaraty.

Em razão dos valores e vivências compartilhados nos planos da história, da etnia e da cultura, a América Latina constitui área de interesse primordial para o Brasil. Voltados que sempre fomos, neste Continente, para o exterior, atentos aos estímulos de toda ordem emanados do grande pólo espiritual que foi e continua a ser a Europa, nós, latino-americanos, por longo tempo deixados de olhar à nossa própria volta. O curso da integração real da América Latina é ainda incipiente e, em muitos aspectos, superficial. Devemos encarar de frente tais realidades, sobretudo em suas deficiências, e atacá-las com ânimo realista e decidido. Estou convencido de que o processo de democratização que se faz sentir em diversos países da área contribuirá para que a integração regional se converta numa aspiração mais concreta de sociedades que ascendem a estágios mais elevados de consciência das suas necessidades e interesses coletivos. Nossos esforços deverão dirigir-se para o terreno das relações políticas, como já tive ocasião de lembrar ao referir-me aos problemas da OEA, e com igual empenho para o

terreno das relações econômicas, no âmbito do SELA e da ALADI.

No plano bilateral, minha gestão trabalhará por um estreitamento consistente do diálogo com nossos principais parceiros no Continente, com vistas à identificação de oportunidades de cooperação em todos os setores. Com a Argentina, vivemos há alguns anos auspiciosa situação de convergência tanto no plano político como no econômico. A assinatura do entendimento sobre Itaipu e Corpus, em 1979, desobstruiu o caminho para trabalhos conjuntos em áreas tão diversificadas como transportes, energia, turismo, comunicações e ciência e tecnologia. Quando da crise das Ilhas Malvinas, reconhecemos os direitos argentinos sobre o arquipélago, e continuamos a fazê-lo, encorajando ao mesmo tempo que o diferendo seja encaminhado mediante entendimento diplomático entre as partes. Preocupa-nos a manutenção do conflito e os possíveis desdobramentos que possam resultar da militarização do arquipélago. O Atlântico Sul deve continuar a ser uma zona de paz, livre de focos de tensão, particularmente de tensões que possam vir a envolver as superpotências.

Estive em Buenos Aires há uma semana, em visita de trabalho, e ali realizei proveitosos contatos com o Presidente

Alfonsín e com o Chanceler Dante Caputo. Trocamos idéias sobre temas de interesse comum, como dívida externa, situação na América Central e na América Latina em geral, e abordamos também tópicos de relevância mais direta para as relações bilaterais, como a situação do intercâmbio comercial, mercado mundial de soja e possibilidades de cooperação na área nuclear. Brasil e Argentina defrontam-se hoje com ingentes problemas de natureza doméstica e externa. O desequilíbrio atualmente observado na balança de comércio com aquele país platino tem causas estruturais, que devem ser estudadas e, na medida do possível, retificadas.

O relacionamento com a Argentina assume o caráter de desafio à consecução de uma das preocupações básicas da nossa política externa, que é a cooperação entre nações em desenvolvimento. Se dois países que contam com tantas afinidades — a que se soma a vizinhança — não forem capazes de estabelecer uma linha de ação comum efetiva, será muito difícil que a cooperação Sul-Sul venha a tornar-se uma realidade entre o Brasil e outros parceiros em desenvolvimento.

Já me avistei, igualmente, em Brasília, com os Chanceleres dos dois outros vizinhos platinos, Uruguai e Paraguai, e com eles, em atmosfera de amizade e mútua

confiança, troquei idéias sobre o estado atual e o futuro das nossas relações. Temos, com esses dois países, limites densamente habitados, fronteiras vivas que valorizam o relacionamento político e conferem especial relevância à condução equilibrada e amistosa dos contatos políticos recíprocos. A hidrelétrica de Itaipu, maior empreendimento compartilhado do Brasil com país limítrofe, representa um tópico de prioridade inquestionável na agenda com o Paraguai, e merecerá, da parte do Itamaraty, em articulação com os demais órgãos federais envolvidos, a necessária atenção. A plena restauração das instituições democráticas em Brasília e em Montevidéu, por outro lado, deverá gerar condições particularmente propícias a um diálogo sempre mais fluido e aberto entre as duas capitais.

Os vizinhos andinos e amazônicos representam facetas igualmente relevantes do relacionamento externo do país na América do Sul. Destacaria, entre eles, o Peru e a Bolívia, cujas sociedades vivem transees significativos de sua evolução política, e com cujos governos mantemos laços tradicionais de amizade e cooperação. O Governo brasileiro se esforçará ainda por promover uma aproximação crescente com a Venezuela e o México, parceiros de peso indiscutível e protagonistas

relevantes no cenário regional e mundial.

O quadro atual de crise na América Central demanda uma referência especial. Preocupa-nos sobremaneira que as transformações políticas e sociais que se operam naquela região, como reflexo inevitável da derrubada de regimes políticos ditatoriais, possam ser interpretadas, de forma simplista, como mera instância localizada de conflito entre as superpotências. Preocupa-nos que o uso da força, e, mais ainda, da intervenção armada, possa ser cogitada como opção viável para a solução de problemas que têm raízes plantadas na história e na organização social específica de cada comunidade. Esses problemas devem ser equacionados em seus respectivos contextos nacionais, sem interferências estrangeiras, e a solução de suas implicações internacionais deve ser encaminhada pela mediação de países com presença e interesses efetivos na região. Por essa razão apóia o Brasil os esforços de pacificação empreendidos pelo Grupo de Contadora.

Essa posição foi reafirmada recentemente, depois que o Governo norte-americano anunciou a imposição de sanções econômicas unilaterais contra a Nicarágua. Em nota oficial emitida sobre o assunto, o Governo brasileiro declarou não apoiar a adoção de medidas do tipo divulgado, nem outras

ações capazes de inserir a crise centro-americana no contexto da confrontação Leste-Oeste.

Suscitado o problema no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil interveio também naquele foro, para deplorar a utilização de medidas econômicas unilaterais, por nós vistas como incompatíveis com a carta da ONU, com o GATT e com a Carta da OEA. Apelamos, ademais, a que as partes envolvidas se abstenham de quaisquer atos que venham a por em risco as perspectivas de entendimento.

Coerente com a índole universalista da sua diplomacia, procura o Brasil manter relações com todos os países, sobre a base da não-ingerência e do respeito mútuo. Dentro dessa ótica, determinei a realização de estudos sobre a questão do reatamento das relações diplomáticas com Cuba. Analisaremos todos os aspectos dessa medida, em particular suas eventuais implicações sobre a segurança nacional.

O relacionamento com os Estados Unidos, baseado em vínculos históricos e numa ampla comunhão de valores, deverá orientar-se na direção de um diálogo aberto e maduro. Duas grandes democracias não podem temer a franqueza, nem pressupor, de parte a parte, a aquiescência sistemática. Será necessário aprofundar as relações com os Estados Unidos e discutir as iniciativas conjuntas em curso, bem como novas modalidades de cooperação. Para tanto, viajarei a Washington em junho vindouro, e ali procurarei abrir o diálogo da Nova República com a administração norte-americana. Debateremos, sem dúvida, os tópicos principais da pauta de assuntos econômicos bilaterais, certos de que os problemas existentes e que se venham a apresentar devem ser administrados com a consciência de que não representam sintomas de incompatibilidade, mas sim evidências de uma relação que empenha em grau sensível setores produtivos das duas partes. As diferenças estruturais entre as economias brasileira e norte-americana levam, necessariamente, a perspectivas distintas da realidade econômica global, e das motivações de cada parte. Cumprirá, portanto, continuar o trabalho diligente de esclarecimento recíproco e de encaminhamento das divergências pela via do entendimento mutuamente satisfatório.

Com a Europa Ocidental temos uma tradição de contatos que transcendem o plano político-diplomático. De lá recebemos o patrimônio humanístico, os ideais políticos e as concepções institucionais que fundamentaram a nacionalidade brasileira. Estou certo de que o momento político que ora vivemos contribuirá para consolidar o curso da aproximação com países que são o berço de valores como a liberdade, a igualdade e o pluralismo, hoje temas definidores da Democracia brasileira. Em minha gestão, os vínculos com os países da Europa Ocidental receberão a mais cuidadosa atenção, a fim de que traduzam fielmente, nos planos político, econômico, cultural e tecnológico, a importância que lhes atribuímos.

Capítulo relevante, nesse contexto, é o do relacionamento com a Comunidade Econômica Européia. No ano passado, obtivemos no mercado dos dez membros da organização o segundo maior saldo da nossa balança comercial. Desejamos expandir as trocas com a CEE, mas causa-nos apreensão a persistência de uma política comunitária de cunho marcadamente protecionista no setor agrícola, e no de alguns produtos manufaturados de grande importância para a pauta brasileira de

exportação. Avaliamos, no momento, as repercussões do ingresso da Espanha e Portugal na Comunidade, na expectativa de que esse fato não venha a agravar as condições de acesso de nossas mercadorias no mercado europeu.

As relações com os países da Europa Oriental, desenvolvidas de forma discreta, com base nos princípios da não-ingerência, do respeito mútuo e do benefício recíproco, oferecem espaço para expansão no terreno econômico-comercial, e para um contato mais maduro e isento no plano político. A presença da União Soviética no cenário mundial, seu peso como Superpotência a partilhar com os Estados Unidos responsabilidades imensas pela segurança internacional, devem se reconhecidos. Pode o Brasil, de maneira realista e prudente, que resguarde as conveniências superiores da segurança interna, estudar modalidades de intercâmbio mais diversificado com a União Soviética. Minha gestão avaliará com atenção todos os aspectos do interesse nacional, nos planos político e econômico, que possam beneficiar-se de uma ampliação das frentes de diálogo com a nova administração soviética. Dispomos de um mecanismo institucional de contato com os países socialistas da Europa Oriental — a COLESTE — que constitui fórmula de originalidade e eficácia reconhecidas, como

veículo de negociação com países de economia centralmente planificada. Aproveitaremos em sua plenitude as possibilidades oferecidas por essa comissão interministerial, e procuraremos dinamizar seus trabalhos no sentido de ampliar as trocas com o Leste Europeu.

Pela sua posição estratégica e pela importância como fonte vital de suprimento energético, o Oriente Médio tem-se constituído em palco de conflitos localizados que prontamente se convertem em manifestações da confrontação Leste-Oeste. Acompanhamos com apreensão o desenrolar das crises regionais, cuja solução, em nossa ótica, deve encaminhar-se pela via da negociação. A questão palestina, entre todas, subsiste como a mais profunda e de consequências mais extensas. Sustentamos, nesse particular, que as forças de ocupação estacionadas em territórios árabes devem ser evacuadas, de acordo com as Resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Todos os Estados da região, inclusive Israel, devem ter reconhecido seu direito a existir em paz, no interior de fronteiras legais e reconhecidas.

O aumento das nossas exportações para alguns países da área, a presença de empresas brasileiras no Iraque, e,

naturalmente, os fluxos de fornecimento de petróleo, aumentaram de maneira sensível a importância concreta do Oriente Médio para o Itamaraty. No conflito entre o Irã e o Iraque, procuraremos manter relações amistosas com as duas partes, encorajando-as a encontrar uma solução negociada para as diferenças que as separam. Nossas embaixadas nas duas capitais, Bagdá e Teerã, permaneceram em funcionamento ao longo de toda a fase mais recente da luta armada, atentas à evolução dos acontecimentos e prontas a agir na proteção das comunidades brasileiras residentes nos dois países.

No noroeste da África, o processo de emancipação da antiga colônia espanhola do Saara Ocidental persiste, após dez anos de luta entre a Frente Polisário e o Reino do Marrocos. Consideramos a questão como parte integrante de um processo de descolonização não concluído. Reconhecemos a Frente Polisário como representante do povo Saaraui, e temos nos manifestado a favor do princípio da autodeterminação e independência, a ser implementado de forma pacífica e negociada. As posições assumidas pelo Brasil no debate internacional sobre o Saara Ocidental inscrevem-se numa linha consensual de respeito às normas do Direito Internacional, e de preservação das boas

e tradicionais relações com todos os países envolvidos no conflito.

O adensamento e diversificação da cooperação com o Japão, e o reconhecimento da República Popular da China, em 1974, somados à disposição brasileira de estreitar os laços de amizade e comércio com a Índia, os Membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e outros países da área, conferem à Ásia posição nova e ascendente no horizonte externo brasileiro. A tendência à aproximação com esses distantes parceiros, decorrência da universalização natural da presença brasileira, é acentuada pela noção, crescentemente aceita, de que a Ásia e a Oceania constituirão um foco de desenvolvimento material no planeta durante os próximos decênios. Minha gestão dedicará atenção especial aos esforços de aperfeiçoamento das relações com o Japão e a República Popular da China, e procurará identificar oportunidades concretas de colaboração com os demais países da Ásia e Oceania.

Emprestaremos, ademais, nosso apoio às iniciativas internacionais de pacificação de conflitos localizados no

continente asiático. No Afeganistão e no Campuchéia o princípio da autodeterminação, ferido de maneira frontal, deve ser restaurado de forma inequívoca.

Nossas relações com a África decorrem de afinidades étnicas, culturais e de identidade histórica, e que nos ligam de maneira abrangente aos países do hemisfério Sul. São, hoje, sólidos os laços e nos aproximarem de numerosas nações africanas, tanto no plano econômico quanto no político, e a darem substância viva e atual àquele sentimento de partilha de valores humanos.

Com os países lusófonos, afinidades maiores têm contribuído para tornar mais intenso o relacionamento, institucionalizado através de diversos acordos e reuniões periódicas. Com esses e com outros Estados africanos, o Brasil goza da confiança de parceiro cuja cooperação se caracteriza pela ausência de pretensões hegemônicas e intenções políticas ou

ideológicas. Alguns países, como a Nigéria e Angola, registram importante intercâmbio comercial com o Brasil, além de investimentos brasileiros em diversos setores; outros são importantes nos setores da cooperação que têm buscado encontrar fórmulas capazes de superar a escassez de recursos financeiros; outros, finalmente, surgem como parceiros de valioso diálogo político, que se desenvolve tanto a nível bilateral como nos foros multilaterais.

Não hesitamos nem transigimos em condenar enfaticamente o apartheid, política que fere nossas mais íntimas convicções de país formado à base de um amálgama de raças e culturas, e que constitui permanente foco de tensão regional. Consideramos igualmente ilegal a presença da África do Sul na Namíbia, e nos colocamos a favor da independência desse território, com base nas Resoluções pertinentes das Nações Unidas.

No pronunciamento que dirigiu à Nação, em 22 de abril passado, o Chefe do Governo definiu a retomada do desenvolvimento e do nível de emprego como meta fundamental de ação no setor externo. O compromisso básico da diplomacia

brasileira, a orientar sua visão global e suas ações específicas será, portanto, a promoção do desenvolvimento sócio-econômico do país. Praticaremos uma diplomacia flexível e criativa visando resultados políticos, pela preservação da soberania e da dignidade nacional; resultados econômicos, pela reivindicação de melhores condições nos sistemas reguladores do comércio e finanças, e pela geração de oportunidades para as exportações brasileiras. O ponto de partida dessa Diplomacia para Resultados na segunda metade da década de 80 será a explicitação de nossos interesses concretos no que se refere à retomada do crescimento e à redução de nossa vulnerabilidade externa nos campos financeiro, tecnológico e comercial.

O acordo de Bretton Woods, compromisso internacional responsável pela ordem financeira hoje vigente, estabeleceu um sistema de paridades fixas, pelo qual os países aderentes tinham o valor das suas moedas fixado em relação ao dólar norte-americano. O Governo dos Estados Unidos, por sua vez, comprometia-se a manter sua moeda conversível em ouro.

Esse vínculo fundamental foi rompido unilateralmente pelos Estados Unidos, em 1971, e a medida foi referendada

posteriormente, no âmbito do Fundo Monetário Internacional, por acordos patrocinados pelos países desenvolvidos. A partir de então, o Tesouro norte-americano ficou desobrigado de saldar em ouro os montantes em dólares que lhe fossem apresentados por bancos centrais de outros países pertencentes ao esquema.

A consequência dessa ruptura não deixou de se fazer sentir de forma profunda no sistema financeiro internacional. A partir daquele momento, o dólar, moeda de reserva e de troca internacional, deixava de obedecer a qualquer disciplina estabelecida multilateralmente. O sistema monetário deixou de ser o gold exchange system para converter-se no dollar system. Essa medida constituiu, sem dúvida, o principal fator a conduzir-nos à presente situação, em que a política monetária norte-americana passou a reger todo o sistema financeiro internacional.

Uma de suas consequências foi a elevação da taxa de juros internacional, em proporções jamais observadas, e a criação de um quadro desfavorável aos países importadores líquidos de capitais.

Esse quadro, como bem sabem os Senhores, tem merecido a crítica severa do Brasil e de outros países nas mesmas circunstâncias. Só mais recentemente, entretanto, os próprios países industrializados, sobretudo os europeus, passaram a levantar objeções a tal situação, especialmente em função da desordenada — e por vezes incontrolável — flutuação de suas moedas em relação ao dólar.

Outro tópico significativo a destacar é que os recursos reais do Banco Mundial e do FMI vêm, de sua fundação aos dias de hoje, diminuindo quando medidos em percentagens do comércio ou do produto bruto mundial. Propugnamos pela ampliação desses recursos, pois eles podem e devem ser utilizados no combate aos ciclos de depressão econômica, ao contrário dos recursos do sistema financeiro privado, que tendem a se retrair nos ciclos depressivos, agravando o impacto destes.

Procuraremos também defender, nos foros financeiros multilaterais, a idéia de que a estabilização financeira não é uma meta que possa ser aceita independentemente do objetivo maior que é o desenvolvimento sócio-econômico, especialmente pelas áreas pobres do planeta.

Verificamos que o comércio internacional regido pelas normas do GATT representa, atualmente, algo em torno de 4/5 do total global. Ele é seis vezes maior, em valor real, do que no pós-guerra. O período que medeia entre 1945 e 1973, espaço de uma geração, registra o maior surto de expansão econômica da história da Humanidade. Essa expansão, em boa medida, pode ser creditada ao funcionamento das regras do multilateralismo nos sistemas internacionais de comércio e de pagamentos.

O General Agreement on Tariffs and Trade, idealizado e negociado pelas nações ricas, teve como objetivo primordial ordenar e disciplinar os conflitos que existiam entre elas no período de entre-guerra. Fundamentava-se na igualdade das Partes Contratantes, na reciprocidade das concessões e na adoção automática da cláusula de nação mais favorecida entre todos os Membros.

O Brasil aderiu ao Acordo em uma época em que sua participação no comércio internacional se resumia à exportação de poucos produtos tropicais, como café, cacau e açúcar. A igualdade jurídico-formal entre as Partes Contratantes, aceita por nós no momento da adesão, não levava na devida conta as

diferenças de realidade econômica existente entre os participantes, nem criava, para os países em desenvolvimento, uma proteção comercial especial, isenta de reciprocidade para com os Membros desenvolvidos. Tal salvaguarda era — e continua sendo — essencial aos países em desenvolvimento de economia não madura que ainda não têm condições de colocar, em termos de competição aberta, seus produtos manufaturados no mercado mundial.

Para os países em desenvolvimento, a qual representa, hoje, o fator de grande efeito perturbador no curso recente do comércio internacional, e que justifica menção à parte,

foi a atuação dos países produtores de petróleo, que elevaram no intervalo de alguns anos o preço do petróleo, um dos itens mais importantes das trocas internacionais, de 2 para 31 dólares por barril. Creio ser desnecessário alongar-me sobre as conseqüências desse fenômeno para o Brasil, e para outros países em desenvolvimento não produtores de petróleo.

Os países desenvolvidos procuraram reequilibrar sua balança comercial através de políticas monetárias ortodoxas e do protecionismo comercial. Desencadeou-se ao mesmo tempo, como seria de esperar, uma onda inflacionária que atingiu

todos os países, em graus variáveis, mas com muito maior intensidade os países em desenvolvimento. Estes buscaram ajustar-se à situação, aceitando a posição de destinatários da reciclagem, pelo sistema financeiro internacional, dos dólares oriundos dos países produtores de petróleo, então às voltas com enormes superavits em seus balanços de pagamentos. Tal situação elevou a um nível extraordinariamente alto a dívida dos países em desenvolvimento, a qual representa, hoje, o seu maior desafio no plano das relações econômicas externas.

Para fazer face a estruturas normativas que não correspondem mais às realidades econômicas, e que também não abrem espaço aos interesses e peculiaridades dos países em desenvolvimento, temos de enfatizar nossa ação política nos foros multilaterais, objetivando a revisão dos compromissos que regem o comércio e as finanças mundiais. Os dois planos — o comercial e o financeiro — estão de tal modo interligados, particularmente para os países endividados, como o Brasil, que nosso comércio passou a ser gerenciado em função do serviço da dívida, e não do objetivo nacional básico, que é o desenvolvimento econômico e social.

No que se refere à questão da dívida, no contexto da América Latina, onde se concentra grande parte do endividamento externo, onze países da região constituíram o chamado Grupo de Cartagena.

Esse conjunto de países — ao qual o Brasil empresta grande importância e oferece decidido apoio — tem procurado, na medida das suas limitações próprias, chamar a atenção dos países credores para as implicações políticas da negociação.

Cabe ao Ministério das Relações Exteriores, em coordenação com os setores competentes da área econômica, expressar uma visão mais abrangente e de mais longo prazo junto aos países credores, de forma bilateral, ou no quadro do Grupo de Cartagena.

Neste momento, o governo dos Estados Unidos exerce pressões sobre as Partes Contratantes do GATT, para que se realize nova rodada negociadora, visando a liberalização do comércio internacional, e a inclusão, no âmbito do Acordo, das questões relacionadas a serviços, investimentos e informática. Fortes pressões estão sendo exercidas, admitindo as autoridades norte-americanas até mesmo abandonar o sistema

multilateral de trocas, hoje corporificado no GATT, para encaminhar-se rumo a uma política de acordos bilaterais com aqueles parceiros que eles considerem mais próximos do seu próprio modo de agir e entender.

Já se vislumbra, entre os países desenvolvidos, consenso quanto à idéia de realização de uma nova rodada de negociações comerciais, embora ainda não estejam claros a data de início desta nova rodada, nem tampouco seu conteúdo e modalidades de negociação.

Esse desdobramento representa um desafio de extrema importância para a política externa brasileira. Encontramo-nos em fase ainda intermediária de industrialização, e necessitamos assegurar condições para a expansão e maturação plena do ciclo de crescimento que vivemos.

Os países industrializados, em especial os Estados Unidos, encontram-se naquela fase de crescimento hoje denominada pós-industrial, baseada em serviços e na produção de bens de alta tecnologia. Por isso, é natural que tenham interesses diferentes e conflitantes com os nossos.

O Brasil não é contrário a qualquer iniciativa que vise a uma efetiva liberalização do comércio e que lhe permita concretamente ampliar sua participação relativa nas trocas internacionais. Considera, não obstante, que certas pré-condições devem ser preenchidas, por parte dos países desenvolvidos, antes que os países em desenvolvimento possam considerar a hipótese de participação de uma nova rodada comercial. Assim, os países desenvolvidos devem cumprir com o compromisso formalmente adotado por ocasião da Reunião Ministerial do GATT de novembro de 1982 no sentido de reduzir as barreiras ilegais, à luz do GATT, que mantêm em vigor, bem como de não introduzir quaisquer novas barreiras. Devem, por outro lado, reconhecer a necessidade de tratamento diferenciado e mais favorável para os países em desenvolvimento em matéria comercial.

Coerentes com nossa posição, procuraremos associar-nos aos países em desenvolvimento mais ativos no comércio internacional, objetivando obter, para o Brasil, melhores condições institucionais para a colocação dos seus produtos no mercado mundial. Buscaremos igualmente, em todos os foros,

trabalhar no sentido de que os temas de natureza comercial sejam considerados em vinculação com os financeiros. Faremos ainda firme oposição a que se incluam novos temas no âmbito do GATT.

Senhores estagiários,

A diplomacia para resultados, no que diz respeito à política econômica externa, dará primazia a duas vertentes principais: a comercial, nos foros multilaterais, e em especial no GATT, procurando assegurar a defesa de nossos interesses de país em desenvolvimento, e a financeira, no âmbito do consenso de Cartagena, onde procurará operacionalizar postulados de natureza política cada vez mais presentes da discussão da dívida externa dos países latino-americanos.

A Nova República tem o compromisso de evitar que o esforço pela melhoria das contas externas represente retrocesso nos padrões de vida da nação, e o Itamaraty não se furtará ao cumprimento, no que lhe cabe, desse princípio. O Ministério das Relações Exteriores, terá portanto nesse terreno, atuação

que reflita os anseios e interesses da sociedade brasileira.

Atravessa o Brasil um momento de crise em que fatores internos e externos, econômicos e políticos, encadeiam-se de maneira complexa e desafiadora. Em raros momentos da nossa história de nação independente foi tão crítica, tão decisiva a nossa ligação com o mundo exterior. Crescem, nesse contexto, as responsabilidades de uma diplomacia que almeja contribuir para o maior bem-estar da sociedade a que serve, e para a consolidação do projeto nacional de emancipação econômica e reorganização institucional. Precisamos estar preparados para responder com independência e firmeza — palavras inspiradoras do Presidente José Sarney — aos estímulos advindos do exterior. A Diplomacia para Resultados funda seus pressupostos de ação na consciência desse desafio, e mobilizará todas as reservas de patriotismo e capacidade profissional do Itamaraty, para a defesa dos superiores interesses da Nação.

Muito obrigado.